



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

SIMONE DE FARIAS OLIVEIRA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
Analisando o ensino do PROEJA na cidade de Sumé.**

**SUMÉ - PB
2016**

SIMONE DE FARIAS OLIVEIRA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
Analisando o ensino do PROEJA na cidade de Sumé.**

Monografia apresentada ao Curso Superior de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

Orientador: Professor Dr. Paulo César Oliveira Diniz.

**SUMÉ - PB
2016**

O482i Oliveira, Simone de Farias.

A importância da educação de jovens e adultos : analisando o ensino do PROEJA na cidade de Sumé / Simone de Farias Oliveira. Sumé - PB: [s.n], 2016.

42 f.

Orientador: Professor Dr. Paulo César Oliveira Diniz.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Educação de Jovens e Adultos – Sumé - PB. 2. Ensino e aprendizagem. 3. PROEJA. I. Título.

CDU: 374.7(043.1)

SIMONE DE FARIAS OLIVEIRA

“A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: analisando o ensino do proeja na cidade de Sumé”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção do título de licenciado em Ciências Sociais.

Aprovada em: 20/06/2016.

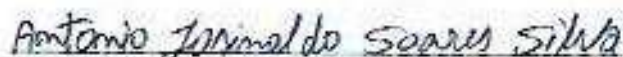
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Paulo César Oliveira Diniz
(Orientador – UACIS/CDSA/UFCG)



Prof. Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos
(Examinador Titular – UACIS/CDSA/UFCG)



Prof. Antônio Josinaldo Soares da Silva
(Examinador Titular)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me abençoar em todos os momentos da minha vida;

Aos meus familiares por todo carinho devotado;

Ao meu namorado por ser sempre companheiro, amoroso e compreensivo;

Ao meu orientador Professor Drº Paulo César Oliveira Diniz, deixo os meus sinceros agradecimentos por toda a atenção dedicada, pela paciência, contribuições proferidas ao longo dessa produção acadêmica. Professor, muito obrigada, todo o meu respeito e gratidão estampo aqui e pela vida toda.

Agradeço toda atenção e disponibilidade da Coordenadora do PROEJA, no município de Sumé – PB, na pessoa de Josecleide Cavalcanti (Cleidinha);

As duas professoras pelo espaço de aprendizagem e interação que foi disponibilizado e aos alunos participantes, agradeço todas as contribuições para obtenção dos dados dessa pesquisa.

Meus agradecimentos se estendem aos membros da banca examinadora pela disponibilidade e pela colaboração, tornando este estudo ainda mais fundamentado.

RESUMO

A educação de jovens e adultos no Brasil vem desde o período colonial, contudo se fizermos um comparativo histórico, sobre a temática em questão, é possível observar que há um novo pensar sobre os cursos de Educação de Jovens e Adultos, principalmente questões relativas ao contexto social e econômico dos alunos. Existem diversos motivos que levam esses adultos a voltar a estudar, questões que variam entre as exigências econômicas, tecnológicas, critérios relacionados à competitividade do mercado de trabalho, ou até mesmo a necessidade de preencher a falta dos estudos. Dentro desse contexto, este estudo apresenta como objetivo geral analisar a importância social e pedagógica do ensino para esses jovens e adultos que retornaram aos estudos. E como objetivos específicos, investigar os principais desafios da educação de jovens e adultos na rede municipal de ensino, da cidade de Sumé - PB; Esse estudo, por um lado, decorre de uma vivência como discente em classes de EJA e, por outro, em virtude das discussões no contexto acadêmico, observando sempre o papel social e pertinência do ensino nessa modalidade. Esta pesquisa se configura em um estudo de caso, por meio da qual realiza o levantamento de informações a partir das anotações de diário de campo, com descrições das aulas observadas, como forma de responder aos objetivos propostos em no estudo, revelam o cenário atual do PROEJA no município de Sumé - PB. O questionário aplicado com alunos e professoras das duas turmas analisadas, como instrumento de coleta dos dados. Como resultado conclui que as ações educativas do PROEJA no município de Sumé – PB, acontecem efetivamente e estão sendo relevante como forma de garantir a acesso à escolarização dos estudantes analisados, que estão claramente avançando nos níveis de aprendizagem e no desenvolvimento social de cada um. O trabalho desenvolvido pelas duas professoras analisadas é satisfatório, pois elas utilizam métodos que tem relação direta com a proposta pedagógica do referido programa.

PALAVRAS – CHAVE: Educação de Jovens e Adultos – Sumé - PB. Ensino e Aprendizagem. PROEJA.

ABSTRACT

The education of young people and adults in Brazil comes from the colonial period, but if we make a historical comparison, on the subject in question, you can see that there is a new thinking about the Youth and Adult Education courses, especially issues related to context social and economic development of the students. There are several reasons why these adults to return to school, issues ranging from economic, technological requirements, criteria related to the competitiveness of the labor market, or even the need to fill the lack of studies. In this context, this study has as main objective to analyze the social and educational importance of education for these young people and adults who have returned to school. And as specific objectives, to investigate the main challenges of adult education in public schools, the city of Sumé - PB; This study, on the one hand, stems from an experience as a student in adult education classes and, secondly, because of the discussions in the academic context, always observing the social role and relevance of teaching this modality. This research can be considered a case study through which carried out the survey information from the diary notes field, with descriptions of the classes observed, as a way of meeting the objectives proposed in our study revealed the current scenario PROEJA of the municipality of Sumé - PB. The questionnaire with students and teachers of the two groups analyzed was used as data collection instrument. As a result can be noted that the educational activities of PROEJA in the municipality of Sumé - PB, take place effectively and are relevant in order to guarantee the access to education of the examined students, who are clearly moving in the levels of learning and social development of each one. The work carried out by two teachers considered satisfactory because they use methods that are directly related to the educational proposal of the program.

KEYWORDS: Youth and Adult Education. Teaching and Learning. PROEJA.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	10
3	MARCOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS DA EJA.....	16
4	O PROEJA NA CIDADE DE SUMÉ.....	23
4.1	OBSERVANDO AS AULAS.....	23
4.2	CONVERSANDO COM AS PROFESSORAS ANALISADAS.....	24
4.3	CONVERSANDO COM OS ESTUDANTES.....	28
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
	REFERÊNCIAS.....	36
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA AS PROFESSORAS.....	39
	APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS.....	41

1 INTRODUÇÃO

A educação de jovens e adultos, em nosso país, se constitui como tema de política educacional, sobretudo a partir da década de 1940, quando foi observada a necessidade de oferecer educação aos adultos, o que já aparecia em textos normativos anteriores, como na pouco duradoura Constituição de 1934. Mas foi apenas na década seguinte que esta modalidade de educação começaria a ganhar destaque a partir de iniciativas concretas, isto é, surge a preocupação de oferecer os benefícios da escolarização às diversas camadas da população até então excluídas do ambiente escolar. Trata-se de uma tendência que se expressou em várias ações e programas governamentais, nas décadas de 1940 e 1950.

Se fizermos um comparativo histórico, sobre a temática em questão, é possível observar que há um novo pensar sobre os cursos de Educação de Jovens e Adultos, principalmente questões relativas ao contexto social e econômico dos alunos. Existem diversos motivos que levam esses adultos a voltar a estudar, questões que variam entre as exigências econômicas, tecnológicas, critérios relacionados à competitividade do mercado de trabalho, ou até mesmo a necessidade de preencher a falta dos estudos na fase da infância/adolescência.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos – PROEJA, consiste em um programa proposto como alternativa para a formação de trabalhadores no Brasil por se voltar para a integração das modalidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Profissional, objetivando além da certificação técnica, à elevação dos níveis de escolaridade do seu público alvo.

Dessa forma perguntamos: como alunos/as e professoras/es estão compreendendo as questões pedagógicas e sociais tratadas nas aulas do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos - PROEJA?

A partir deste questionamento, apresentamos uma proposta de trabalho que tem por objetivo geral, analisar a importância social e pedagógica do ensino para esses jovens e adultos que retornaram aos estudos.

Como objetivos específicos, buscou-se investigar os principais desafios da educação de jovens e adultos na rede municipal de ensino, da cidade de Sumé - PB e, ao mesmo tempo, apresentar os apontamentos descritos pelos alunos das turmas analisadas, em relação às

condições de ensino que são oferecidas nas aulas do PROEJA. Por fim, objetivava-se ainda debater teoricamente sobre a relevância da educação de jovens e adultos no Brasil.

O PROEJA atende Jovens e Adultos trabalhadores brasileiros com 15 anos ou mais que não concluíram o ensino fundamental. Instituído pelo Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, em seguida substituído pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, o qual o regulamenta. Tem como perspectiva a proposta de integração da educação profissional à educação básica.

A escolha para elaboração deste estudo pautado nas concepções que tratam sobre a modalidade de ensino na Educação de Jovens e Adultos surgiu como área de pesquisa decorrente primeiramente da vivência discente em classes de EJA. Segundo em virtude de nossas discussões no contexto acadêmico, observando sempre o papel social e pertinência do ensino nessa modalidade.

Optamos pela Educação de Jovens e Adultos nas escolas públicas municipais da cidade de Sumé - PB, por termos observado a grande procura dos alunos no retorno aos estudos; que as escolas estão funcionando todas às noites; e, principalmente por ter acompanhado um encontro de formação continuada para os professores que ensinam no PROEJA do município e ter percebido o compromisso e envolvimento dos profissionais que atuam nesse programa.

Nesse encontro pedagógico foram debatidos temas como: alfabetização, conteúdos que seriam ministrados nas aulas, material didático, evasão escolar, horário de funcionamento, diversidade dos alunos, contexto social e econômico do público alvo, merenda escolar, presença dos filhos dos alunos, e principalmente a importância de métodos inovadores, que estimulem a presença diária dos alunos nas aulas oferecidas.

Esta pesquisa pode ser considerada, um estudo de caso, por meio da qual realizamos o levantamento de informações, que atendendo aos objetivos propostos em nosso estudo, revelaram o cenário atual do PROEJA no município de Sumé - PB.

Paralelo as anotações do diário de campo, com informações das aulas assistidas, que traz as informações sobre o trabalho desenvolvido pelas professoras das duas turmas analisadas, e as condições de aprendizagem. A partir de tais observações foi possível perceber como a interação tem sido construída entre as professoras e os alunos das duas turmas selecionadas. Ao final das 20 (vinte) aulas assistidas, aplicamos questionário com os alunos e as professora do PROEJA.

Esse trabalho está estruturado da seguinte maneira: esta introdução, localizando o tema, expondo a pergunta norteadora, os objetivos da pesquisa, à metodologia empregada na sua formulação e os fatores que justificam sua relevância, além de uma conclusão, ao final.

No primeiro capítulo, foi exibida a discussão sobre o contexto inerente a Educação de Jovens e Adultos. O segundo capítulo trata dos Marcos Regulatórios da Educação de Jovens e Adultos e em específico do contexto de acesso ao PROEJA. O capítulo subsequente foi destinado à exposição do campo pesquisado e análise dos resultados coletados. Na última parte textual, foram expostas as considerações finais. Como encerramento foi delimitado em sequência alfabética as obras e autores usados no embasamento do texto.

2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Os primeiros passos voltados para a educação de adultos no Brasil são datados do período de colonização, com a chegada dos padres jesuítas, em 1549. Estes efetivaram o trabalho voltado para a catequização e instrução dos adultos e dos jovens nativos e colonizadores, diferenciando somente os objetivos que eram propostos para cada grupo social. Com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, ocorreu uma desorganização do ensino e somente no período do Império o ensino dessa modalidade voltou a ser oferecido. (ARANHA, 2006).

Conforme enfatizam Haddad e Di Pierro (2000), os cursos de Educação de Jovens e Adultos não se configuram como um acontecimento recente no campo educacional brasileiro, pois,

A ação educativa junto a adolescentes e adultos no Brasil não é nova. Sabe-se que já no período colonial os religiosos exerciam sua ação educativa missionária em grande parte com adultos. Além de difundir o evangelho, tais educadores transmitiam normas de comportamento e ensinavam os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, inicialmente aos indígenas e, posteriormente, aos escravos negros. Mais tarde, se encarregaram das escolas de humanidades para os colonizadores e seus filhos. (HADDAD e DI PIERRO, 2000, p.108-109).

Beserra e Barreto (2014) colaboram com esse estudo, enfatizando que somente com a aprovação do Decreto nº 19. 513, de 25 de agosto de 1945, a educação voltada para os adultos tornou-se oficial, conforme pode ser visto abaixo, no artigo quarto do citado decreto:

Art. 4º Os auxílios federais, provenientes do Fundo Nacional do Ensino Primário, serão aplicados nos termos seguintes: II – A importância correspondente a 25% do auxílio federal será aplicada na educação primária de adolescentes e adultos analfabetos, observados os termos do plano de ensino supletivo que for aprovado pelo Ministro de Estado. (BRASIL, 1945).

Após o surgimento e aprovação do referido decreto, surgiram diversos novos projetos e campanhas educacionais, objetivando alfabetizar jovens e adultos que não tiveram acesso à educação em período regular. Sendo assim, as autoras enfatizam:

A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA (1947); o Movimento de Educação de Base – MEB, sistema rádio educativo criado na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com o apoio do Governo Federal (1961); além dos Centros Populares de Cultura – CPC (1963), Movimento de Cultura Popular – MCP e a Campanha Pé no Chão Também se Aprende a Ler – CPCTAL, sendo que o primeiro estava mais voltado para atender às necessidades de qualificação da mão-de-obra para o setor industrial (além da necessidade de ampliar os “currais” eleitorais mantidos pelas práticas “clientelísticas”), os demais tinham o

intuito de atender às populações das regiões menos desenvolvidas, além da preocupação de conscientização e integração desse grupo através da alfabetização e utilização do sistema Paulo Freire. (BESERRA e BARRETO, 2014, p. 167).

A esse respeito, compreende-se o contexto da Educação de Jovens e Adultos ser tão marcada por fenômenos de natureza política, econômica ou cultural, que em épocas, eram favorecedores da crescente demanda social de educação e deflagradores de uma forte pressão da sociedade civil pela expansão do ensino. São datadas desse mesmo período, no contexto educacional, características contraditórias, como analisa Romanelli (2003), ao afirmar que,

[...] o sistema escolar, a contar de então, passou a sofrer, de um lado, a pressão social de educação, cada vez mais crescente e cada vez mais exigente, em matéria de democratização do ensino, e de outro lado, o controle das elites mantidas no poder, que buscavam, por todos os meios disponíveis, conter a pressão popular, pela distribuição limitada de escolas, e, através da legislação de ensino, manter o seu caráter “elitizante”. (ROMANELLI, 2003, p. 61).

Essas novas demandas por escolarização e os mais variados impasses colocados diante essa emergente realidade daquela época representavam, de certa forma, o reflexo da crise que atravessava a vida pública nacional. Ou seja, nota-se que havia uma exigência por uma educação de qualidade e que fosse acessível para todos, acionada por pressões da sociedade civil sinalizando sua insatisfação com a situação. No entanto, por outro lado, as tentativas eram frágeis e improvisadas ações de educação proporcionadas pelo governo, consideradas incompatíveis com o crescimento populacional e com a distribuição de oportunidades. (AZEVEDO, 1997).

Stephanou (2005) também colabora com este debate quando menciona as inúmeras mobilizações da sociedade em torno do processo histórico que marcam a conjuntura da alfabetização de adultos, pois afirma que foram abundantes nas primeiras décadas do século XX, em grande parte, suscitadas pela vergonha dos intelectuais, com o censo realizado em 1890, que verificou que 80% da população brasileira daquela época eram pessoas analfabetas. Por essa razão, surgiram as ligas, que se organizaram no interior, a exemplo da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, que surgiu no ano de 1915, no Rio de Janeiro.

De acordo com Nofuentes (2009) um dos principais objetivos da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, instituição criada por um grupo de intelectuais na cidade do Rio de Janeiro, tinha o objetivo principal de convencer o povo brasileiro, através de campanhas educativas, da urgente necessidade de extinguir o analfabetismo do Brasil. Para obter êxito na ação objetivada, esse grupo de intelectuais buscou apoio de outros membros da sociedade em favor da campanha. Lutaram para conquistar ajuda dos poderes públicos para sancionar leis

que atendessem às finalidades e buscaram a contribuição da imprensa daquela época, para ampliar ainda mais a proposta estabelecida.

Romanelli (2002) é outra autora que traz em seus estudos diversos apontamentos que tratam desses movimentos em prol da educação de jovens e adultos, quando afirma que,

Entre as várias mobilizações, surgiu o método de desalfabetização, desenvolvido por Abner de Brito, que propunha alfabetizar em sete lições. Havia uma disposição de vários segmentos da sociedade de mudar o quadro "vergonhoso", visando à estabilidade da república. Todo o empenho para alfabetizar os adultos não evitou as críticas, como a de Carneiro Leão, que considerava a alfabetização uma arma perigosa, que poderia aumentar o que ele considerava anarquia social. (ROMANELLI, 2002, p. 29).

Consta na literatura da temática em questão, que existiram muitas campanhas de alfabetização para ensinar os adultos a ler e a escrever. Dentre estes se pode citar: a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA (1947); o Movimento de Educação de Base – MEB, sistema rádio educativo criado na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com o apoio do Governo Federal (1961); além dos Centros Populares de Cultura – CPC (1963), Movimento de Cultura Popular – MCP e a Campanha Pé no Chão Também se Aprende a Ler – CPCTAL e, em seguida, como fruto desta iniciativa, foram implementados os cursos supletivos.

Assim, à medida que mudanças ocorriam novas relações de trabalho surgiam, demandas pela escolaridade cresciam; e, logo, outros modos de compreender e realizar a Educação de Jovens e Adultos também acabaram por se configurar pelos governos através de novas políticas educacionais.

Sendo assim, Di Pierro e Joia (2001) apontam suas considerações a respeito da temática discutida, quando afirmam que,

A educação de jovens e adultos é um campo de práticas e reflexão que inevitavelmente transborda os limites da escolarização em sentido estrito. Primeiramente, porque abarca processos formativos diversos, onde podem ser incluídas iniciativas visando à qualificação profissional, o desenvolvimento comunitário, a formação política e um sem número de questões culturais pautadas em outros espaços que não o escolar. (DI PIERRO e JOIA, 2001, p. 58).

Nesse contexto, de 1940 a 1970, diferentes concepções de pessoa e de educação, constituíram os modelos das políticas educacionais voltadas para campo de ensino. Azevedo (1997) afirma que nas décadas de 1940 e 1950, a concepção atribuída aos analfabetos, vale dizer, aos jovens e adultos, pela maior parte da população brasileira, inclusive o sistema de governo, era a de seres incapazes, virulentos, inertes e improdutivos. Nesse caso, deve-se

registrar que os projetos educacionais para adultos que não sabiam ler e escrever eram definidos sobre a concepção

[...] de uma reforma cívica e moral na sociedade, na perspectiva da construção do seu futuro. Erradicar a ignorância para garantir o voto consciente, ampliar o número de eleitores, formar e organizar a opinião pública faziam parte do projeto político de uma grande reforma de costumes que ajustasse os homens ‘a novas condições e valores de vida, pela pertinência da obra da cultura, que todas as atividades impregne, dando sentido e direção à organização de cada povo (AZEVEDO, 1997, p. 28).

Observa-se que não havia uma preocupação em mudar socialmente a figura do adulto analfabeto, mas sim de garantir um número maior de eleitores, que pessoas que tivessem a capacidade de garantir o seu papel de eleitor, não como um elemento de exercício da cidadania, mas sim, para garantir a permanência no poder, dos que estavam acostumados com a patente.

É importante frisar que a partir do surgimento da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, nº 9394/96, Artigo 37 e Artigo 38, é que se passou a contemplar as várias modalidades de educação de jovens e adultos, adaptando-as às novas exigências sociais. No capítulo seguinte serão debatidos com mais clareza os artigos da LDB, que tratam de forma específica da educação de jovens e adultos.

Contudo, é importante destacar, que uma alteração considerada significativa está relacionada a redução da idade mínima de acesso a essa modalidade de ensino, sendo 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio. (BRASIL, 1996).

A esse respeito, observa-se que passadas quase duas décadas desde a publicação da nova LDB, surgiram também concepções inovadoras do homem como sujeito de cultura e de conhecimento e estas foram sendo construídas, de modo a ampliar outras reflexões de relevância social cultural e econômica no contexto da educação de jovens e adultos. Tais mudanças desencadearam ainda, uma série de críticas ao trabalho docente, que era pautado numa proposta de educação gerida no “[...] ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos [...]”. (FREIRE, 1987, p. 58-59).

Quem descreve essa situação de forma clara e objetiva à discussão da temática em questão, e que se insere no contexto dos caminhos tradicionais seguidos pela escola para efetivar o ensino, é Ferreiro e Teberosky (1999) quando afirmam que,

[...] a escola supõe que é através de uma técnica, de uma exercitação adequada que se supera o difícil transe da aprendizagem da língua escrita. A seqüência clássica ‘leitura mecânica, compreensiva, expressiva’ para a leitura e a exercitação na cópia gráfica supõe que o segredo da escrita consiste em produzir sons e reproduzir

formas. Isto é, reduzir o sistema a um intercâmbio de sinais auditivos e visuais em sinais gráficos. A prática cotidiana da escola compõe seu horário durante um ano com ditado, cópia, decifração, desenho, voltando a começar, cada vez, tudo de novo. A rotina da prática responde a proposições metodológicas de concepções empiristas da aprendizagem. (FERREIRO E TEBEROSKY, 1999, p. 291).

Atentando para o viés da evolução histórica que marca o contexto da educação de jovens e adultos, é possível traçar um perfil desse modelo de educação no Brasil, e por meio da literatura que versa sobre esse assunto, apontar questões inerentes ao contexto atual dessa modalidade de ensino.

Tomando como base as palavras acima descritas, compreende-se que inúmeras foram as conquistas de ordem social e no processo de alfabetização do público atendido nessa modalidade de ensino, porém, muitos desafios resistem ao tempo, sendo o principal deles à permanência dos educandos, consiste em um fator determinante para o sucesso das ações.

Considerando as contribuições dos autores que dedicam suas pesquisas para em prol do processo da alfabetização de jovens e adultos, e tendo vivenciado a realidade praticada, fica claro que para mudar os problemas em torno da evasão e da inclusão dos alunos, é necessário que tais questões sejam analisadas de maneira reflexiva e como prioridade, para que a realidade de aprendizagem social e cognitiva dos educandos seja construída coletivamente e de forma significativa.

Isso implica dizer que o diálogo estabelecido com os alunos deve levar em consideração o contexto social, econômico e cultural de cada aluno. Significa enfatizar que as metodologias empregadas nas aulas do PROEJA, não devem ser iguais aos métodos utilizados nas aulas do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio, pois os jovens e adultos que estão em pleno processo de reingresso as atividades escolares compreendem e assimilam os conhecimentos de forma distinta, pois muitos deles nunca foram alfabetizados, mas se deseja aprender, o professor deve considerar esse desejo e associar as condições de um ensino inclusivo, contínuo, de aprendizagem construída coletivamente.

A esse respeito, Machado (2008) traz apontamentos que embasam nossa discussão quando afirma que,

O diálogo sobre a educação de jovens e adultos em redes de ensino pode ser intenso, e isso implica considerar nelas a tradição organizativa e curricular instalada, que se vincula basicamente ao modelo das chamadas escolas regulares seriadas. Assim, os limites e as possibilidades de gestar novas relações pedagógicas devem considerar, de fato, as especificidades dos diferentes públicos que demandam a educação. (MACHADO, 2008, p.78).

Os estudos direcionados para a temática em questão relevam que há várias décadas, pesquisadores e especialistas em educação atuam na busca de metodologias e práticas

adequadas para serem aplicadas na EJA. No entanto, assim como os problemas de evasão e inclusão, a ausência de propostas pedagógicas ainda perpassa os tempos atuais.

Dessa forma, é cada vez mais claro o entendimento de que a formação de professores é uma das formas de mudar positivamente essa realidade, ou seja, é necessário que professores e os demais sujeitos envolvidos no processo educacional de jovens e adultos entendam a necessidade de conhecer o contexto dos seus alunos, como é a prática cotidiana de trabalho, a comunidade onde vivem, e ainda, as causas que impediram de ser alfabetizado na idade certa. A esse respeito, Abeledo (2008, p. 34) [...] “propõe uma abordagem da aprendizagem não como processo restrito à mente/cérebro de indivíduos isolados, mas como realização pública, ligada ao entendimento produzido entre as pessoas ao realizarem ações conjuntamente”. [...].

O que autora acima enfatiza é a importância de se construir conhecimento conjuntamente e não de forma isolada. Afinal, esse conhecimento construído em conjunto garante o alcance de entendimentos compartilhados, por meio do trabalho de interação, que é observado nas ações desenvolvidas pelos participantes no momento de conhecer questões de interesse comum.

Por essa razão, muitos autores defendem que a prática pedagógica em todas as fases e modalidades de ensino, seja pautada como meio de relacionamento sólido e eficaz na sua formação educacional, levando o mesmo a ser crítico, reflexivo, tendo um novo olhar para o meio que o cerca.

Segundo Leitão (2004), as práticas pedagógicas devem ser planejadas e fundamentadas, levando em consideração fatores que possam motivar os alunos a aprender, promovendo assim, a construção do conhecimento, possibilitando um aprendizado crítico e reflexivo aos cidadãos, tomando como base os acontecimentos que lhe são apresentados, apontando os avanços no que se refere à educação de jovens e adultos no Brasil.

As ações acima mencionadas podem ser entendidas como escolhas que partem do professor e dos alunos que, além de conduzirem a interação em sala de aula, podem também revelar informações importantes durante esse processo social, seja acerca dos integrantes ou da relação entre eles e o(s) significado(s) que se pode atribuir à situação de que estão participando e na qual estão interagindo.

3 MARCOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS DA EJA

Acreditamos que a fundação da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, criado em 1915, tenha instituído o início dos marcos regulatórios referentes a educação de jovens e adultos no Brasil. É importante destacar o papel da Liga, debatido na visão de Nofuentes (2009), quando afirma que,

A campanha empreendida pela Liga encontrou apoio nos diversos cantos do Brasil, sobretudo através da atuação de Ligas estaduais e municipais. A análise destas ações evidencia que as Ligas atuavam em uma dupla direção ao coordenar ações de combate ao analfabetismo que incentivavam o engajamento e a mobilização da sociedade em favor da instrução e, ao mesmo tempo, chamar o Estado a atuar, exigindo sua intervenção em questões como a decretação da obrigatoriedade do Ensino Primário. (NOFUENTES, 2009, p. 03).

Com o estabelecimento na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, nº 9.394, de 1996, trata nos artigos 37 e 38 da Educação de Jovens e Adultos, conforme descrevemos abaixo.

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.(BRASIL, 1996).

O Artigo nº 37 da LDB descreve a preocupação com a oferta de educação para os cidadãos que não tiveram a oportunidade de concluir os seus estudos na idade considerada regular. Os cursos de educação para esse público alvo são um avanço nas medidas sociais e inclusivas do governo, na busca por alternativas, visando erradicar o problema do analfabetismo em nosso país. Muito embora seja claro, que ao se falar de educação para todos, as imposições da lei ainda não se apresentam com totalidade. Na cidade de Sumé – PB, a educação voltada para jovens e adultos tem apresentado experiências satisfatórias através das ações do PROEJA, e vem se revelando capaz de cumprir os objetivos a que se propõe, conforme apontamos no tópico abaixo destinado ao apontamento dos dados coletados.

O artigo nº 38 da LDB regulamenta de forma direta as condições para que se efetive os exames supletivos e cursos de educação para jovens e adultos.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento

de estudos em caráter regular. § 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos. § 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 1996).

Ademais, os jovens e adultos que não foram alfabetizados ou não tiveram acesso à escolarização na fase habitual de ensino, existe a integração desse público em específico à cursos da Educação Profissional possibilitando assim ao aluno além de alcançar o nível de ensino que ele deseja (fundamental ou médio) uma qualificação profissional, conforme objetivo do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, conforme consta no Decreto nº 5.840, de 13 de Julho de 2006, instituído no âmbito federal.

No artigo 1º, do referido decreto versa as seguintes informações inerentes ao PROEJA,

Art. 1º Fica instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, conforme as diretrizes estabelecidas neste Decreto.

§ 1º O PROEJA abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional: I - formação inicial e continuada de trabalhadores; e II - educação profissional técnica de nível médio.

§ 2º Os cursos e programas do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos, e poderão ser articulados: I - ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, no caso da formação inicial e continuada de trabalhadores, nos termos do art. 3º, § 2º, do Decreto no 5.154, de 23 de julho de 2004; e II - ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante, nos termos do art. 4º, § 1º, incisos I e II, do Decreto no 5.154, de 2004.

§ 3º O PROEJA poderá ser adotado pelas instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e pelas entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical (“Sistema S”), sem prejuízo do disposto no § 4º deste artigo.

§ 4º Os cursos e programas do PROEJA deverão ser oferecidos, em qualquer caso, a partir da construção prévia de projeto pedagógico integrado único, inclusive quando envolver articulações interinstitucionais ou intergovernamentais. (BRASIL, 2006).

Além do referido decreto acima descrito, constituem-se como Marco Regulatórios o Documento Base do PROEJA (2007) e o Caderno temático: Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos: PROEJA; este último fundamentado no Documento Base.

A formação humana é um elemento bastante presente no Documento Base, que avalia entre outros aspectos, o mundo do trabalho e a compreensão de elementos da economia, buscando produzir uma estrutura reflexiva que não relacione de forma estanque educação e economia, mas que represente uma política pública de educação profissional integrada com a educação básica para jovens e adultos como direito, frente aos desafios da inclusão social no Brasil e do processo de globalização econômica. (BRASIL, 2007).

Igualmente, é fundamental que essa política de educação profissional e tecnológica, nos moldes aqui tratados, também seja destinada, com o mesmo padrão de qualidade e de forma pública, gratuita, igualitária e universal, aos jovens e adultos que foram excluídos do sistema educacional ou a ele não tiveram acesso nas faixas etárias denominadas regulares, sendo esse o objetivo central desse documento base, uma política educacional para proporcionar o acesso do público de EJA ao ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio. (BRASIL, 2007, p. 33).

A partir da leitura e apreciação do Documento Base (2007) fica claro que os alunos deste programa não têm garantia de trabalho, de geração de renda ou de melhoria material devida. Mas, analisando por um viés de possibilidades, observamos que, ao participar das aulas, aprendendo sobre temas diversos, os estudantes do PROEJA estarão compreendendo o mundo de forma diferente da anterior ao processo formativo, além de se enriquecerem com outras referências culturais, sociais e históricas.

A esse respeito, Kuenzer (2000) afirma que a elaboração e efetivação de uma proposta pedagógica inovadora, que integra dimensões importantes ao desenvolvimento da vida humana, tais como: trabalho, cultura, ciência e tecnologia.

A concepção de uma política, cujo objetivo da formação está fundamentado na integração de trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral, pode contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional das populações, pela indissociabilidade dessas dimensões no mundo real. Ademais, essas dimensões estão estreitamente vinculadas às condições necessárias ao efetivo exercício da cidadania (BRASIL, 2007, p. 35).

As orientações oficiais para o PROEJA assinalam a defesa da necessidade de uma formação integral, que busque contribuir para a compreensão do mundo do trabalho e as múltiplas relações presentes nele.

Evidencia-se, portanto, a necessidade de apropriação, pelos que vivem do trabalho, de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos, com particular destaque para as formas de comunicação e de organização e gestão dos processos sociais e produtivos, para além das demandas da acumulação capitalista. Ou seja, por contradição, a necessidade do estabelecimento de outra relação com o conhecimento, na perspectiva do já produzido e dos caminhos metodológicos para a sua produção, tendo em vista o enfrentamento da exclusão, generaliza-se para os que historicamente têm vivido do trabalho. (KUENZER, 2000, p.33).

Tomando como base as anotações de diário de campo, a partir das informações coletadas nas aulas assistidas, e por meio dos dados apreendidos com a aplicação de questionários com as duas professoras analisadas e os alunos das respectivas turmas, foi possível observar que o aspecto profissionalizante não é debatido com os alunos e não existem ações concretas que remetam ao processo de profissionalização, conforme consta no documento base do PROEJA.

Participando do encontro de formação e planejamento das professoras do PROEJA no início do ano letivo de 2016, observamos que coordenadora desse programa incentiva as professoras a trabalharem temas que tenham relação com o campo do trabalho, tratando das profissões mais almejadas no competitivo mercado de trabalho e também acerca da formação mínima exigida de cada cidadão para ocupar determinados cargos. Todos esses debates cumprem o objetivo de incentivar esses estudantes a permanecerem estudando. Partindo desse viés, no Documento Base (2007) versa que,

[...] o que realmente se pretende com o PROEJA é a formação humana, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender -se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa. A perspectiva precisa ser, portanto, de formação na vida e para a vida e não apenas de qualificação do mercado ou para ele. (BRASIL, 2007, p. 13).

Zanardini, Lima Filho e Silva (2012) afirmam as relações de produção e reprodução de desigualdades e exclusões dos sujeitos sociais no quadro estrutural que reflete a dinâmica do capitalismo permitem que,

[...] o PROEJA, de um lado, contribua para a formação de trabalhadores necessários para implementar o processo de reestruturação produtiva e, também sob o mito da empregabilidade, represente a necessária profissionalização requerida pelos jovens e adultos trabalhadores na luta pela sobrevivência e, de outro lado, como um componente das políticas públicas para a educação, incorpore todos os elementos do direito social e, portanto, como uma política educacional, requer condições qualitativa e quantitativamente elevadas e amplas para, sob a perspectiva da integração entre ensino médio e educação profissional, expandir um direito social de forma a universalizar o acesso e as condições para expressivo contingente da população de jovens e adultos trabalhadores que estão fora da escola involuntariamente (ZANARDINI; LIMA FILHO; SILVA, 2012, p. 8 - 9).

No município de Sumé, existem atualmente 12 turmas do PROEJA funcionando regularmente, a saber:

Tabela 01 - Relação das Escolas funcionando com turmas do PROEJA

ESCOLA	TOTAL DE TURMAS	TOTAL DE ALUNOS	LOCALIDADE
Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Irineu Severo de Macêdo	02	10	Zona urbana Bairro: Centro
Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Vargas	01	09	Zona Urbana: Bairro: Centro
Escola Educação Infantil e Ensino Fundamental Zélia Braz	02	25	Zona Urbana Bairro: Várzea Redonda
Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Gonçala Rodrigues de Freitas	02	13	Zona Urbana Bairro: Conjunto Habitacional Pedro Ferreira Filho
Grupo Escolar do Sítio Nove Casas	01	14	Zona Rural Sítio: Nove Casas
Grupo Escolar do Sítio Riachão	01	16	Zona Rural Sítio: Riachão de Cima
Grupo Escolar do Sítio Poço da Pedra	01	18	Zona Rural Sítio: Poço da Pedra
Grupo Escolar do Sítio Carnaúba	01	16	Zona Rural Sítio: Carnaúba
Grupo Escolar da Cachoeira	01	18	Zona Rural Sítio: Cachoeirinha

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Sumé – PB.

Segundo relatos da Coordenadora Pedagógica Geral do município de Sumé – PB, Sra. Aparecida Sousa, os cursos voltados para a educação de jovens e adultos são oferecidos através de convênios celebrados entre a Prefeitura Municipal de Sumé através dos órgãos de

educação do Estado da Paraíba, e com o Governo Federal, que financiam investimentos para o oferecimento do processo de escolarização nessa modalidade de ensino.

Ela nos informou ainda que não existe nenhum documento específico que trate de cursos de educação voltados para esse público em específico. Que o município através da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação de Sumé, procura se informar sobre as políticas de acesso de cada um desses cursos, dos decretos de lei que asseguram e preconizam o funcionamento, constando informações necessárias para o funcionamento adequado das ações.

Por fim, a referida coordenadora geral informou ainda que o Projeto Político Pedagógico – PPP de cada escola do município está em processo de elaboração, pois até o ano de 2015 os princípios básicos e legais que norteavam as ações da Secretaria Municipal de Educação de Sumé, no que tange a Educação Básica, são pautados nas concepções da LDB, do Estatuto da Criança e do Adolescente e na Matriz Curricular de Ensino, comum tanto para a Educação Infantil, quanto para o Ensino Fundamental I e II.

Em cada PPP das escolas funcionando com turmas de educação de jovens e adultos, constará informações referentes a essa modalidade de ensino. No entanto, é importante frisar que até a conclusão do referido estudo, nenhum PPP das escolas com turmas do PROEJA já havia sido concluído, ou seja, na educação municipal não existe ainda um documento específico, para regularizar normas e procedimentos em relação aos cursos oferecidos na modalidade de educação para jovens e adultos.

Tendo descrito informações inerentes aos marcos legais e institucionais que validam a educação de jovens e adultos em nosso país, fica claro, que essa realidade planejada a partir da implementação do PROEJA, que tem como objetivo integração da Educação Profissional/formação inicial e continuada com o ensino fundamental nessa modalidade de ensino surge como uma oportunidade que contribui significativamente com a melhoria das condições de inserção social, econômica, política e cultural dos jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental e/ou que não foram alfabetizados.

Diante do exposto, e tendo refletido acerca dos documentos oficiais que tratam a respeito desse programa, associando aos dados coletados em campo, é possível identificar potencialidades do PROEJA para esses estudantes, como a oportunidade de ter acesso à educação formal, para uma parcela mínima da população desse município que estavam excluídos de conhecimento, e a partir das ações desse programa, estarão integrando escolarização e a educação profissional, por meio de metodologias baseadas em um currículo fundamentado no trabalho como princípio educativo norteador. Mas, por outro lado também

apontamos a necessidade de efetivação de mais ações que precisam ser adotadas para que esse programa seja visto/sinalizado como ação de política pública capaz de contribuir com a formação profissional da classe trabalhadora, pois, muito embora não tenhamos números exatos, mas conhecendo um pouco a realidade de jovens e adultos que não foram alfabetizados ou não concluíram o Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio na cidade de Sumé – PB, é superior ao total de alunos que estão matriculados e frequentando regularmente as aulas.

É necessário divulgar as ações do PROEJA, debater com os gestores das escolas onde as turmas estão alocadas. Estabelecer parcerias, pois a proposta pedagógica e de inserção no mundo do trabalho pode desencadear resultados positivos tanto para a vida da população assistida, quanto na implementação de mudanças nas formas de fazer e cuidar do social.

4 O PROEJA NA CIDADE DE SUMÉ

4.1 OBSERVANDO AS AULAS

A primeira parte dessa análise é constituída a partir da observação de 20 (vinte) aulas nas duas turmas selecionadas do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, que visa a construção e a consolidação desta proposta educacional que parte de uma política de inclusão social emancipatória. O que se aspira é uma formação que permita a mudança de perspectiva de vida por parte do aluno; a compreensão das relações que se estabelecem no mundo do qual ele faz parte; a ampliação de sua leitura de mundo e a participação efetiva nos processos sociais.

A turma selecionada na zona urbana é composta por 12 alunos devidamente matriculados e frequentam regularmente as aulas na Escola Municipal Zélia Braz, localizada no bairro de Várzea Redonda. Já a turma da zona rural é composta de 14 alunos e as aulas são ministradas no Grupo Escolar Municipal do Sítio Nove Casas. Somando os alunos das turmas selecionadas, participaram no total geral, 26 discentes.

Segundo a coordenadora do programa PROEJA, esse projeto educacional, proporciona o retorno das atividades no campo escolar, para Jovens e adultos que, por alguma razão não tiveram condições de concluir essa etapa da escolarização no tempo correto e, também questões pragmáticas, tais como: muitos homens querem aprender a ler e a escrever para ter condições de ter sua Carteira Nacional de Habilitação, e as mulheres em sua maioria entendem a importância de estudar, como forma de ajudar os filhos nas tarefas escolares, e ainda para incentivá-los a concluir os estudos na idade certa.

Nas duas situações analisadas, os alunos demonstraram e afirmaram que gostam das aulas ministradas pelas professoras, que conseguem aprender, pois elas são pacientes, sabem ensinar e gostam de estar naquele ambiente de aprendizagem.

A turma da zona urbana, tem acesso a uma escola ampla, moderna, com salas climatizadas, o bairro tem ruas calçadas e bem iluminadas. Diferente, na zona rural, as aulas são ministradas no grupo escolar que foi desativado desde o ano de 2013, pois os alunos daquela comunidade estudam atualmente na zona urbana. Naquele local funcionava até o início do ano de 2015, a sede da associação dos agricultores do Sítio Nove Casas, e como foi identificada a demanda de Jovens e Adultos que necessitavam ser alfabetizados, a Secretaria Municipal de Educação decidiu implantar as ações do PROEJA naquela comunidade, e

conforme observamos foi uma iniciativa pertinente e de grande relevância para o desenvolvimento social daqueles cidadãos.

4.2 CONVERSANDO COM AS PROFESSORAS ANALISADAS

As duas professoras participantes da pesquisa apresentam faixa etária que varia entre 31 a 39 anos. A professora que leciona no Grupo Escolar do Sítio Nove Casas, que será chamada de P1 durante as descrições e análises do referido tópico, é formada em Pedagogia e já leciona a 4 anos. Já a professora que leciona na Escola Municipal Zélia Braz, situada na zona urbana de Sumé – PB, doravante P2, é estudante do Curso Superior de Agroecologia, pela Universidade Federal de Campina – PB, mas foi contratada para lecionar no PROEJA, desde o ano de 2015, pois tem experiência em alfabetizar jovens e adultos que não participaram do processo de escolarização na idade considerada regular. Ambas as professoras, participaram voluntariamente da nossa pesquisa, e também nos deram a oportunidade de observar aulas nas turmas que são regentes.

Questionamos as duas professoras participantes sobre o ponto de vista em relação a proposta de ensino e aprendizagem do programa PROEJA, isto é, se consideram como viável para o município de Sumé – PB? As respostas apresentadas foram as seguintes, conforme consta no quadro 01.

Quadro 01 - Opinião das professoras analisadas em relação a exequibilidade da proposta de ensino e aprendizagem do referido programa para o município de Sumé.

P1	P2
“Sim, porque é uma nova oportunidade para quem não teve quando jovem, e agora estão tendo”.	“Sim, pois ainda existem muitas pessoas semi-analfabetas ou até mesmo analfabetas”.

Fonte: Construído com os dados da pesquisa.

Tomando como base as respostas apresentadas, fica claro que somente P1, traz em seus apontamentos argumentos que de forma bastante geral se relaciona com a proposta pedagógica do PROEJA, conforme descrevemos no tópico 3 (Marcos Regulatórios) deste estudo. Já P2 desconhece as práticas de letramento tão debatidas no contexto acadêmico, pois aponta que existem pessoas analfabetas, criando uma espécie de estigma para os cidadãos público desse projeto.

Para Soares (2003) há uma grande diferença que deve ser claramente pontuada, para que os indivíduos possam compreender as diferenças entre alfabetização e letramento, entre o sujeito social que é alfabetizado e/ou letrado. Segundo a autora, “um indivíduo alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; já o indivíduo letrado, o indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita”.

Com base nos apontamentos teóricos debatidos pela autora mencionada, fica claro que P2 não considera as práticas de leitura e de escrita dos seus alunos que conseguem responder adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita impostas no seu contexto social, como saber passar troco, reconhecer produtos na prateleira de um supermercado, reconhecer cores, sinais de trânsito e a capacidade de se comunicar com outros indivíduos.

Quando perguntadas se costumam ler diariamente, e se utilizam livros ou as leituras são realizadas no formato digital, ou utilizam as duas formas, as professoras afirmaram o seguinte (quadro 02):

Quadro 02 - Frequência da prática de leitura das professoras analisadas e quais instrumentos utilizam?

<p>P1</p> <p>“Sim, as duas coisas”.</p>	<p>P2</p> <p>“Sim. Tanto uso livros, quanto faço leitura digital. Ambas as formas de leituras são necessárias para a aplicação das atividades em sala de aula”.</p>
--	--

Fonte: Construído com os dados da pesquisa.

O fato delas afirmarem que realizam atividades de leitura diariamente, mostra que elas valorizam esta prática servindo assim de incentivo para os seus alunos demonstrarem satisfação e conhecimento dos objetivos que podem ser alcançados a partir da prática assídua de leitura de textos diversos.

No quadro 03 que segue abaixo, as professoras afirmaram que costumam realizar atividades de leitura com seus alunos, e que tais atividades ocorrem com a seguinte frequência:

Quadro 03 - Atividades envolvendo a prática de leitura entre as professoras analisadas e os alunos das turmas selecionadas.

P1 “Sim, todos os dias temos aula de leitura e interpretação de textos”.	P2 “Sim. Todos os dias, de alguma maneira procuro realizar leituras na sala de aula”.
--	---

Fonte: Fonte: Construído com os dados da pesquisa.

Através da observação de aulas, foi possível observar que de fato são realizadas atividades de leitura coletiva, com exemplos escritos no quadro, utilização de propagandas com folders apresentando propagandas de produtos que são vendidos no comércio da cidade. Também utilizam a leitura de sílabas, para acelerar a aprendizagem dos alunos que ainda apresentam dificuldades de assimilação de determinadas palavras ou períodos linguísticos.

Em relação aos métodos de incentivo utilizados para que os alunos permaneçam frequentando regularmente as aulas, e desenvolvam a aprendizagem, as professoras entrevistadas afirmaram os seguintes apontamentos descritos no quadro 04.

Quadro 04 - Metodologias utilizadas pelas docentes analisadas para evitar a evasão escolar nas duas turmas do PROEJA.

P1 “Realizo dinâmicas na sala de aula, e debatemos temas atuais”.	P2 “Percebendo o ritmo de estudo deles. Desta forma me adequando as necessidades e exigências dos alunos”.
---	--

Fonte: Fonte: Construído com os dados da pesquisa.

De forma geral, o resultado com que nos deparamos e podemos descrever do trabalho desenvolvido pelas professoras selecionadas é que, em seu fazer pedagógico, elas buscam produzir diariamente adaptações e procuram relacionar com os conteúdos abordados a outros saberes sociais, que foram aprendidos pelos alunos a partir do contexto onde eles estão inseridos, para assim atender às necessidades da situação de sala de aula. Logo elas conseguem construir a interação, pois há uma ativa e constante participação de todos os alunos no momento da aula, embora uns estudantes ainda apresentem dificuldade para serem mais ativos, mas elas estimulam essa participação.

Foi observada também, como a figura social do ser professora é marcante na vida dos alunos do PROEJA das duas turmas analisadas, pois consideram e apontam elas como seres humanos a quem eles devem respeito e atenção.

A partir da análise e das anotações do diário de campo, retomamos as concepções de Rafael (2001, p. 158) quando nos afirma que [...] “a sala de aula ou sistema didático envolve, inevitavelmente, três elementos, como elementos constitutivos da instância de produção, quais sejam: o professor, o aluno e o conteúdo específico da disciplina alvo da aprendizagem”.

Paralelo a construção da interação, está a capacidade de ouvir as histórias dos alunos. Pois, quando o professor considera e oportuniza essa participação, significa que está sendo dada importância ao conhecimento social dos estudantes, conforme apontamos no quadro 05, que segue abaixo.

Quadro 05 - Opinião das professoras analisadas em relação a importância de ouvir histórias do contexto social e cultural dos alunos do PROEJA.

<p>P1</p> <p>“Faz parte, ouvir as histórias de cada aluno, suas dificuldades e força de vontade de aprender o que não viveram quando eram crianças”.</p>	<p>P2</p> <p>“Sim. Por serem alunos de uma realidade de ensino diferente, o qual deve-se habituar as limitações dos alunos”.</p>
---	---

Fonte: Fonte: Construído com os dados da pesquisa.

Com base nas respostas apresentadas e considerando as anotações de diário de campo, a partir das aulas que foram observadas, constatamos que de fato as duas professoras, incentivam a participação ativa dos alunos no momento das aulas, conforme citam no questionário, e costuma ouvir essas histórias do cotidiano, que tratam do contexto social dos alunos.

É importante frisar, conforme observamos que ambas as professoras analisadas buscam sempre relacionar esses debates e momentos de interação, com os conteúdos abordados no dia da aula. Elas não negam a participação dos seus alunos, mas adequam a situação comunicativa ao momento certo para voltarem à condição de locutoras, o que a nosso ver pode ser compreendido como Transposição Didática, de acordo com Rafael (2001, p. 158-159) que diz que a Transposição Didática, ocorre quando [...] “o professor faz uso de diversas fontes de saberes, ou, em outros termos, mobiliza saberes advindos de diversas instâncias de produção de conhecimento”.

A transposição didática, de forma geral, refere-se, pois, à capacidade que o docente tem de transformar um conteúdo de ensino, em conteúdo de aprendizagem. Ou seja, está ligado ao fato de como o locutor consegue não apenas passar conhecimento para seu

interlocutor, mas fazer com que este sujeito aprenda/entenda esse conhecimento, e essa é uma prática muito recorrente na metodologia utilizada pelas professoras, com o objetivo de tornar mais prática e prazerosa as aulas ministradas.

Quando indagadas da participação nas reuniões com a equipe de trabalho e nas atividades de planejamento e a importância desses momentos para o ensino do PROEJA, as professoras apresentaram as seguintes respostas, conforme citamos no quadro 06.

Quadro 06 - Na opinião das duas professoras analisadas, qual a importância de participar das reuniões com a equipe de trabalho e dos planejamentos.

P1	P2
<p>“Sim, é muito importante a troca de ideias e nosso conhecimento e a prática diária na sala de aula, porque sem planejamento fica difícil trabalhar com nossos alunos”.</p>	<p>“Sim. Estes momentos são extremamente importantes para partilhar, trocar experiências com os demais colegas. Também recebermos informações que são riquíssimas para adquirir novos conhecimentos”.</p>

Fonte: Construído com os dados da pesquisa.

A partir dos apontamentos descritos pelas professoras analisadas, fica claro que elas entendem a necessidade, bem como a importância de participar quinzenalmente dos planejamentos, principalmente para compartilhar e trocar ideias com as demais professoras sobre as metodologias inovadoras que podem ser trabalhadas em sala de aula, objetivando evitar a evasão escolar e para facilitar as condições de aprendizagem. Afinal, construir conhecimento conjuntamente, “envolve criar recursos de interlocução para construir um mundo em comum, removendo obstáculos”. (ABELED0, 2008, p. 223).

4.3 CONVERSANDO COM OS ESTUDANTES

Apresentamos nesse tópico os apontamentos apresentados pelos estudantes entrevistados, em relação ao PROEJA. No total geral, participaram 26 alunos, que estão devidamente matriculados e frequentando regularmente as aulas. No gráfico 01, que segue abaixo, esses números estão apresentados com mais clareza, ou seja, percebe-se uma maior incidência de mulheres nas turmas, o que equivale a 62% do público discente, enquanto 38% são do sexo masculino. Esses números revelam que as mulheres têm mais entusiasmo para voltar a estudar, e ter uma formação plena. Através das ações do PROEJA, esses cidadãos,

homens e mulheres buscam o caminho da escolarização, tendo como princípio norteador a formação integral, que pode ser aliado aos aspectos de ordem profissional.

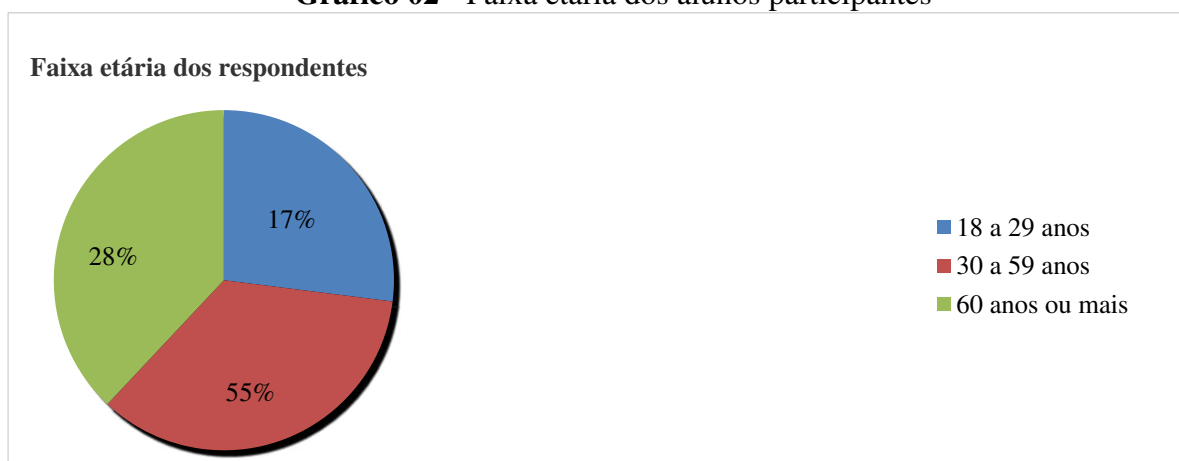
Gráfico 01 - Participantes: Quantitativo de gênero



Fonte: Construído com os dados da pesquisa.

Já, a faixa etária prevalente dos alunos do PROEJA, participantes da pesquisa advém entre os 18 a 70 anos, ou seja, são jovens adultos estudando com idosos, havendo total interação entre os discentes das duas turmas analisadas.

Gráfico 02 - Faixa etária dos alunos participantes



Fonte: Construído com os dados da pesquisa.

Trata-se de um público estudantil bastante variado. Alguns desses cidadãos nunca foram à escola ou quando foram matriculados e iniciaram as atividades estudantis, logo tiveram que se afastar em função da necessidade de trabalhar, e outros por sua vez não estudaram por falta de escolas. Os adultos mais jovens que já passaram pela instituição escolar carregam histórias de repetências e interrupções. Entretanto, observa-se que, quando

retornam à escola, levam significativa gama de conhecimentos e saberes construídos ao longo de experiências sociais.

Essa unificação de cidadãos pertencentes aos mais diversos contextos sociais, compõem a base da proposta do PROEJA, que busca o reconhecimento, o respeito e o diálogo com o saber do aluno trabalhador, incentivando para a prática do trabalho, motivando a valorizando as potencialidades, os saberes construídos em suas trajetórias, permitindo a organização da reflexão e de estruturação de possibilidades de interferências na realidade em que estão inseridos cada um desses alunos. Essa oportunidade de estudar é um fator de democratização e de justiça distributiva.

Por essa razão, é importante frisar que os alunos das duas turmas selecionadas estão matriculados em uma espécie de multisseriado, isto é, estudam conteúdos da 1ª e 2ª séries, conforme consta a descrição na tabela 02 que segue abaixo.

Tabela 02 - Quantidade de alunos em cada uma das turmas selecionadas

TURMA/ESCOLA	QUANTITATIVO DE ALUNOS (AS)	LOCALIDADE
Turma 01: Unidade Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Zélia Braz	12	Zona urbana Bairro: Várzea Redonda
Turma 02 Grupo Escolar do Sítio Nove casas	14	Zona rural Sítio: Nove Casas

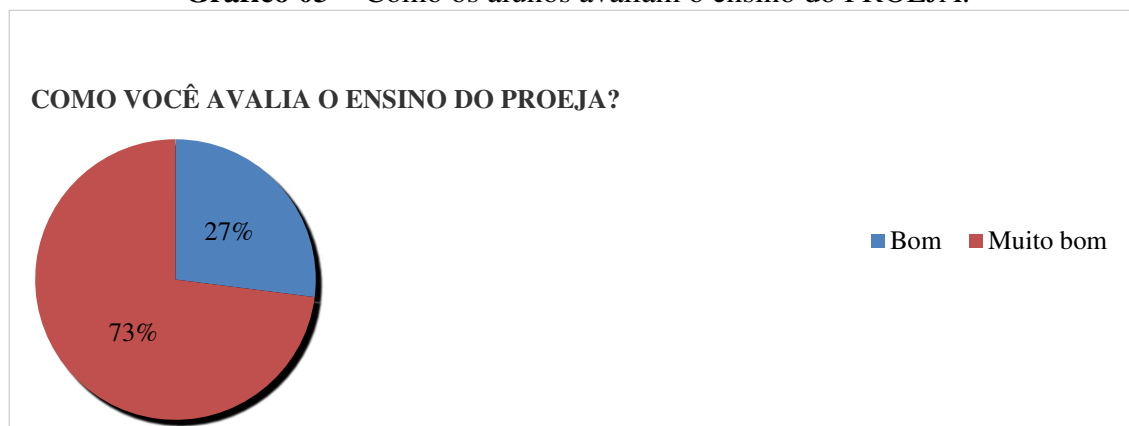
Fonte: Construída com os dados da pesquisa.

A implementação de Políticas Públicas educacionais voltadas para o atendimento de jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental e médio na faixa etária designada de “regular” é de suma importância. Esse cursos garantem a esses cidadãos, em geral, alguns até que não têm nem a escolarização mínima, e nem dispõem qualquer tipo de formação profissional exigidas até mesmo para as tarefas mais simples do mundo do trabalho contemporâneo, como saber escrever seu nome. Através do retorno aos estudos, surgem as possibilidades de crescimento pessoal, de avançar e elevar seus níveis de escolaridade e aprendizagem, além de enxergar horizontes mais amplos, como uma formação profissional.

Os dados descritos no gráfico 03, abaixo relacionado, apresentam a avaliação dos alunos participantes da pesquisa, em relação a avaliação que estes fazem do PROEJA. Sendo

assim, 27% consideram como bom, e 73% do público analisado, ou seja, uma grande maioria avalia como muito bom. Nenhum dos participantes considerou ruim ou regular.

Gráfico 03 - Como os alunos avaliam o ensino do PROEJA.



Fonte: Construído com os dados da pesquisa.

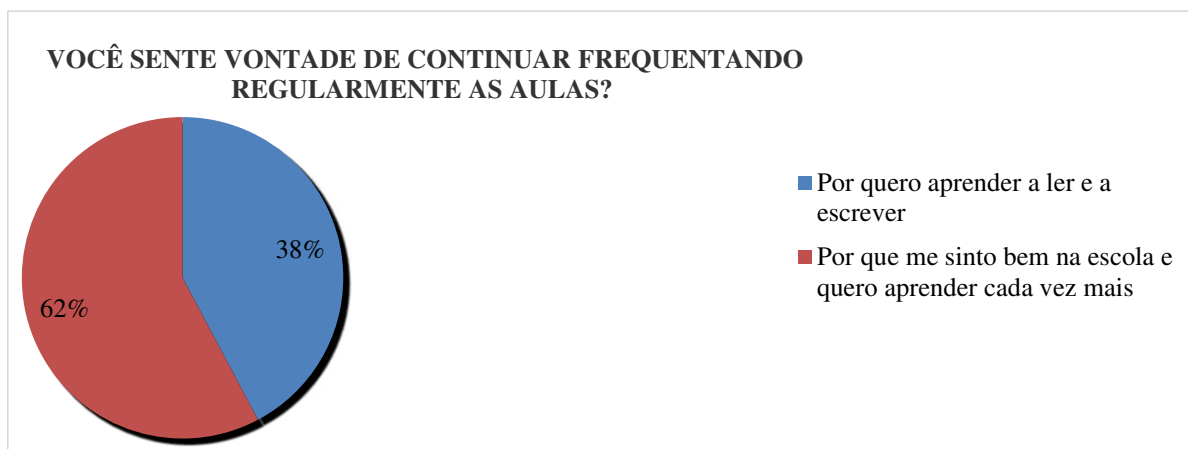
Essa satisfação dos estudantes garante, de modo geral, a permanência do público alvo nas aulas, pois a evasão é um problema que faz parte dessa modalidade de ensino, por várias razões, tais como: dificuldades na aprendizagem, motivação para associar o esforço físico do trabalho diário, e ainda estudar no turno da noite. No entanto, esse problema de evasão não é tão frequentemente nas duas escolas analisadas, pois o número de alunos matriculados reflete igualmente o total de participantes dessa pesquisa, que compõem o público estudantil das duas escolas analisadas.

Outro fator analisado diz respeito à realização das atividades propostas pelas professoras, pois os alunos responderam em sua totalidade 100% que executam cada atividade proposta nas aulas.

Um dos principais objetivos que constam na proposta pedagógica do PROEJA Formação Inicial e Continuada, do Ensino Fundamental, visa a integração de conhecimentos da educação geral com a formação profissional inicial e continuada, através de métodos adequados, que considerem aspectos ligados ao tempo e espaços dos sujeitos sociais que representam o público beneficiário.

Esses elementos de interação entre os sujeitos do PROEJA, professoras e estudantes, pode ser ainda mais enfatizados a partir dos dados que constam no gráfico 04.

Gráfico 04 - Opinião dos alunos no sentido de continuar frequentando regularmente as aulas do PROEJA.



Fonte: Construído com os dados da pesquisa.

O desejo aguçado de continuar frequentando regularmente as aulas, expresso pelos alunos participantes da pesquisa, conforme dados acima descritos no gráfico 04, é um reflexo da flexibilidade de interação que deve ser construída no espaço físico da sala de aula, que pode ser compreendido como local social de encontros das diferenças, desenvolvimento do espírito coletivo, da solidariedade, autonomia, fortalecimento e de construção de processos identitários, que vão além dos processos de desenvolvimento das aprendizagens escolares.

Afinal, como bem enfatizou Fernandes (2011, p. 91) “conseguir o equilíbrio, atingir uma posição estável após superar dificuldades e sobressaltos. Esse é um processo básico na trajetória do ser humano, uma ação continuada que permite, a um só tempo, sua evolução e sua sobrevivência”.

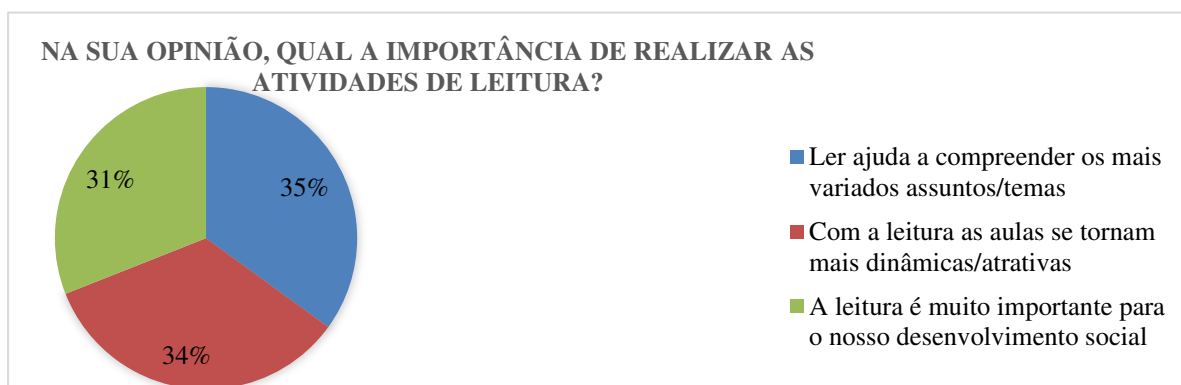
Coadunado ao processo de desenvolvimento do ser humano, está o processo de aprendizagem através da leitura, que no atual contexto da sociedade tem uma função primordial de despertar e proporcionar conhecimentos básicos para que venha contribuir para construção integral da vida do aluno, como ferramenta necessária para despertar o exercício da cidadania. Segundo foi apontado pelos estudantes das duas turmas selecionadas do PROEJA, e que participam deste estudo, nas aulas ministradas pelas professoras são realizadas atividades de leitura, conforme afirmaram em 100% os respondentes.

Paralelo a realização de atividades pedagógicas que contemplem o trabalho voltado para a prática de leitura, é de fundamental importância que o professor escolha material que seja significativo e de fácil compreensão para o aluno, pois só assim desenvolverá o seu interesse em ler textos diferenciados do seu cotidiano. “A leitura suscita a necessidade de familiarizar-se com o mundo, enriquecer as próprias ideias e tem experiências intelectuais, o

resultado é a formação de uma filosofia da vida, compreensão do mundo que nos rodeia”. (BAMBERGUR, 2002, p.32).

No gráfico seguinte, também é debatido questões inerentes ao trabalho com a leitura e dessa vez foi perguntado aos alunos sobre a importância de serem realizadas atividades voltadas para essa prática de aprendizagem. As respostas apontadas pelos alunos corroboram para o entendimento que de fato as atividades de leitura são efetivamente realizadas pelas professoras, com os alunos das turmas analisadas, pois os estudantes conseguem demonstrar nas respostas apresentadas o sentido concreto e relevante da importância da leitura na vida dos indivíduos.

Gráfico 05 - Apontamentos dos alunos do PROEJA, das duas turmas analisadas em relação a importância das atividades de leitura.



Fonte: Construído com os dados da pesquisa.

De fato com o trabalho frequente de leitura os estudantes terão a oportunidade de compreender e conhecer sobre os mais variados temas, conforme apontaram 35% dos estudantes participantes. Outros 34% afirmaram que com a leitura as aulas se tornam mais dinâmicas/atrativas, e de fato o trabalho pedagógico realizado a partir da prática de leitura reflexiva, com abordagens de fácil assimilação, torna a aprendizagem mais prazerosa. Outros 31% dos estudantes reconhecem a leitura como elemento importante para o desenvolvimento social.

Todos esses apontamentos acima apresentados se confirmam nas palavras de Solé (1998),

poder ler, isto é, compreender e interpretar textos escritos de diversos tipos com diferentes intenções e objetivos contribui de forma decisiva para a autonomia das pessoas, na medida em que a leitura é um instrumento necessário para que nos manejemos com certas garantias em uma sociedade letrada. (SOLÉ, 1998, p. 18).

Dessa forma, fica claro que as respostas apontadas pelos estudantes participantes da pesquisa, que estão frequentando regularmente as aulas do PROEJA, apresentam similaridade, o que justifica a escolha de análise conjunta. Outro ponto considerado positivo é a participação e o interesse demonstrado em continuar estudando.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização do presente estudo, foi possível constatar conforme já descrito acima que a história da educação de jovens e adultos é um tema bastante recorrente e de décadas passadas. Alfabetizar pessoas adultas sempre foi o desejo de intelectuais e estudiosos que se preocupavam com as mudanças da sociedade, afinal, saber ler e escrever são atos que mudam a vida das pessoas, pois permite a cada ser social, uma maior compreensão do mundo que os rodeia.

Questões de ordem política, social e econômica sempre estiveram interligadas aos cursos oferecidos para jovens e adultos na educação pública brasileira. Oferecer integração da Educação Profissional/formação inicial e continuada no ensino fundamental é sem dúvidas levar a democratização do ensino para o público que por questões diversas não estudaram e/ou não foram alfabetizados quando de fato esse processo de escolarização deve ter ocorrido.

Com as constantes mudanças da sociedade, o mercado de trabalho, cada vez mais pautado em tendências modernas e capitalistas, fruto de uma sociedade globalizada, tem levado as pessoas à percepção de que é necessário se capacitar, estudar, se manter atualizados, para ter condições de competir com outros cidadãos, e ter oportunidades no mundo do trabalho.

O contínuo contato com outras pessoas que buscam ampliar seus conhecimentos e elevar o nível de aprendizagem tem garantido uma boa interação e constante desenvolvimento na aprendizagem e no ensino dos estudantes do PROEJA em Sumé – PB. As professoras analisadas buscam adequar os conteúdos e os métodos de ensino ao contexto situacional desses estudantes, o que tem garantido a permanência dos discentes nas aulas do programa e a grande frequência e assiduidade dos mesmos.

Por fim, entende-se que esta pesquisa deve ter continuidade com análises de outros aspectos que possam ser revelados a partir dos dados coletados, mas que por questões de tempo e de extensão do estudo não puderam ser examinados neste momento. Podem também ser realizados estudos comparativos da mesma natureza do atual, com outras unidades da federação.

REFERÊNCIAS

- ABELED, M. L. O. L. **Uma compreensão etnometodológica da aprendizagem de língua estrangeira na fala-em-interação de sala de aula.** Tese de doutorado, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil.** 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.
- AZEVEDO, Maria J. L. de. **A educação como política pública.** Campinas: Autores Associados, 1997.
- BAMBERGUER, Richard. **Como incentivar o hábito de leitura.** Ática, 7ª edição. São Paulo, 2002.
- BESERRA, Valesca; BARRETO, Maribel Oliveira. Trajetória da Educação de Jovens e Adultos: histórico no Brasil, perspectivas atuais e conscientização na alfabetização de adultos. **Cairu em Revista.** Ano 03, nº 04, p. 164-190, Jul/Ago 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. PROEJA, (Programação Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos) Documento Base. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC, 2007.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto nº 19.513. 25 de agosto de 1945.** Disposições regulamentares destinadas a reger a concessão do auxílio federal para o ensino primário. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-19513-25-agosto-1945-479511-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em jun de 2016.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando. **Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.** Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, 2001.
- ERICKSON, F. Qualitative Methods. In: FINN, R. Research in teaching and learning. Nova York: MacMillan Publishing Company, 1990.

FERNANDES, Elisângela. Os desafios de aprender. **Revista Nova Escola**, ano XXVI, nº 241, Abril, 2011.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HADDAD, Sérgio. A Ação de Governos Locais na Educação de Jovens e Adultos. **Rev. Bras. Educ.**, Ago 2007, vol.12, n.35, p.197-211. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 03 de maio de 2016.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Diretrizes de política nacional de educação de jovens e adultos**. São Paulo: CEDI, Ação Educativa, 2000.

KUENZER, A. O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. **Educação e Sociedade**. Campinas, Cedes, n.70, pp. 15-39, 2000.

LEITÃO, Cleide Figueiredo. Buscando Caminhos nos Processos de Formação/Auto Formação. **Revista Brasileira de Educação**., Dez 2004, n.27, p. 25-39. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 04 de maio de 2016.

MACHADO, Maria Margarida. **Formação de Educadores de Jovens e Adultos**. 1. ed. Brasília, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos; pesquisa bibliográfica, projeto e relatório; publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

NOFUENTES, Vanessa Carvalho. **Um desafio do tamanho da nação: a campanha da liga brasileira contra o analfabetismo (1915-1922)**. Rio de Janeiro: PUC, 2009.

RAFAEL, E. L. Atualização em sala de aula de saberes linguísticos de formação: os efeitos da transposição didática. In: KLEIMAN, A. B. (Org.) **A formação do professor: perspectivas da linguística aplicada**. Campinas: SP: Mercado de Letras, 2001.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2003.

SILVA, Luiz Antonio da. Estruturas de participação e interação na sala de aula (interação e sala de aula). In: PRETI, Dino (org.). **Interação na fala e na escrita**. São Paulo: Humanitas, 2002, p. 182 – 188.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2.ed. 6ª reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

STEPHANOU, M. **História e memórias da educação no Brasil - Século XX**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de Leitura**. Trad. Cláudia Schilling. 6 ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ZANARDINI, I. M.S; LIMA FILHO, D. L.; SILVA, M. R. . **Produção do conhecimento no PROEJA**: cinco anos de pesquisa. 1Curitiba: Ed. UTFPR, 2012.

**APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE
DADOS: QUESTIONÁRIO PARA AS PROFESSORAS**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

QUESTIONÁRIO PARA AS PROFESSORAS

1. Sexo: () Feminino () Masculino
2. Idade: _____
3. Escolaridade: _____
4. Há quanto tempo leciona? _____
5. Qual nível leciona atualmente? _____
6. Em sua opinião, a proposta de ensino-aprendizagem do programa é viável para o município? Se sua resposta for positiva, explique.
7. Você costuma ler diariamente? Utiliza livros ou realiza leituras no formato digital? Ou as duas coisas?
8. Você costuma realizar atividades de leitura com seus alunos? Se sim, com qual frequência ocorrem tais atividades?
9. Como educador (a), de que forma você tem incentivado os alunos a permanecerem frequentando regularmente as aulas do PROEJA?
10. Você costuma ouvir histórias do cotidiano dos seus alunos ou desconsidera esses momentos, pois não acredita que tenham importância para o contexto do ensino?
11. Você costuma participar das reuniões com a equipe de trabalho e das atividades de planejamento? Em sua opinião esses momentos têm alguma importância para o ensino do PROEJA?

**APÊNDICE B - QUESTIONÁRIOS PARA
OS (AS) ALUNOS (AS)**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

QUESTIONÁRIOS PARA OS (AS) ALUNOS (AS)

1. Sexo: () Feminino () Masculino
2. Idade: _____
3. Escolaridade: _____
4. Onde você estuda? _____
5. Como você avalia o ensino do PROEJA?
() **Bom** () **Muito Bom** () **Razoável** () **Ruim**
6. Você costuma realizar atividades que são propostas?
() **SIM** () **NÃO**
7. Você sente vontade de continuar frequentando regularmente as aulas, por quê?
() **Por que quero aprender a ler e escrever**
() **Por que gosto do ensino do PROEJA**
() **Por que me sinto bem aqui e quero aprender cada vez mais**
() **Não pretendo continuar, pois à noite sinto cansaço físico e não posso perder a novela**
8. Na sua escola a merenda oferecida é de boa qualidade?
() **SIM** () **NÃO**
9. Nas aulas do PROEJA são realizadas atividades de leitura?
() **SIM** () **NÃO**
10. No seu ponto de vista, qual a importância de realizar atividades de leitura? Marque quantas alternativas achar necessário.
() **Ler ajuda a compreender os mais diversos assuntos/temas**
() **Com a leitura as aulas se tornam mais dinâmicas/atrativas**
() **A leitura é muito importante para o nosso desenvolvimento**